

A crítica da economia política como caminho para a história do pensamento econômico? Elementos sobre método e história do pensamento econômico na obra de Marx.

Autora: Carla Curty¹

Resumo: Muito é discutido sobre o método de Marx. A questão da crítica da economia política e o materialismo histórico e a dialética é amplamente discutida por marxistas e historiadores do pensamento econômico. Já o debate sobre história do pensamento econômico na obra de Marx ou mesmo sobre história do pensamento econômico a partir da formulação de Marx é mais disperso. Afinal, o método da crítica da economia política é um método para a história do pensamento econômico? A partir da apresentação dos elementos do método de Marx e das obras nas quais Marx apresenta a crítica da economia política, buscou-se neste artigo discutir a existência de uma história do pensamento econômico em Marx, identificar possíveis elementos da crítica da economia política que, de maneira geral, possam ser articulados com a história do pensamento econômico e analisar se é possível apreender a partir do método da crítica da economia política um método para a história do pensamento econômico.

Palavras-chave: materialismo histórico; método; história do pensamento econômico; crítica da economia política; Karl Marx

Abstract: Much is discussed about Marx's method. The issue of the critique of political economy and historical materialism and dialectic is widely discussed by Marxists and historians of economic thought. However, the debate on the elements of history of economic thought in Marx's work, or even the debate on a history of economic thought based on Marx's formulation are more sparse. After all, is the method of the critique of political economy a method for the history of economic thought? From the presentation of the elements of Marx's method and the works in which Marx presents the critique of political economy, this article sought to discuss the existence of a history of economic thought in Marx, as well as to identify possible elements of the critique of political economy that, in general, can be articulated with the history of economic thought and to analyze whether it is possible or not to apprehend a method for the history of economic thought from the method of the critique of political economy.

Keywords: historical materialism; method; history of economic thought; critique of political economy; Karl Marx

¹ Professora do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ITR-UFRRJ), pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA – IE/UFRRJ-UFRRJ) e do Coletivo Marxista da Rural (MAR –UFRRJ). E-mail: carla_curty@yahoo.com.br.

1 – Introdução

O pensamento de Karl Marx foi construído com referência a três fontes – a filosofia alemã, o socialismo francês e a economia política inglesa. O constante diálogo crítico de Marx com estes três campos permeia toda sua obra e é fundamental para a construção de suas próprias formulações. Esta percepção da origem das três fontes do pensamento de Marx foi difundida por Vladimir Lênin em seu célebre texto “*As três fontes*” ([1913] 2006).

Marx se relaciona com estas fontes a partir de um diálogo crítico. O processo da crítica em Marx é um processo de supressão (*aufhebung*), nos termos hegelianos, do objeto em questão, no qual há preservação de alguns dos elementos do objeto e simultâneo descarte de outros elementos, construindo assim uma nova análise sobre o objeto, na qual há preservação e inovação – isto é, um processo de crítica dialética. Ao analisar e criticar a economia política, Marx o faz de maneira a, a partir desta análise, incorporar criticamente alguns elementos apresentados pela economia política, superando-os, apresentando sua crítica a estes e formulando sua visão teórica a respeito dos objetos da economia política e da sociedade capitalista – a chamada crítica da economia política. Marx e a economia política buscavam explicar a sociedade capitalista e seus fenômenos a partir da centralidade da categoria trabalho, mas o fizeram a partir de perspectivas e de métodos bastante distintos, chegando a formulações significativamente díspares.

Sua crítica da economia política é marcada por reflexões acerca do que a chamada economia política debatia em seu período e está presente na obra de Marx a partir dos anos 1840 – em especial a partir da leitura e diálogos em torno do texto de Friedrich Engels “*Esboço de uma crítica da economia política*” (1844) e das reflexões² que vão resultar nos escritos dos “*Manuscritos econômico-filosóficos*” (1844). As principais obras nas quais possível perceber como Marx constrói suas formulações em diálogo crítico com os autores da economia política são: “*Manuscritos econômico-filosóficos*” (manuscritos de 1844 e publicados postumamente em 1932); “*Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-1859*” (publicados postumamente em 1959); “*Contribuição à crítica da economia política*” (1859); “*Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*” (manuscritos de 1861-1863 e publicados postumamente em 1905-1910); “*O Capital: crítica da economia política*” (volume 1 publicado em 1867; volume 2 em 1885 e volume 3 em 1894 – estes dois, postumamente); “*Glosas marginais ao Tratado de economia política de Adolph Wagner*”

² Marx, no prefácio do *Contribuição à crítica da economia política* ([1859] 2008) afirma que a partir das questões sobre as quais escrevera no período de atuação como redator da *Gazeta Renana* (1842-43) se deparou com a necessidade de emitir sua opinião “sobre os chamados interesses materiais” (MARX, [1859] 2008, p. 44) e que este movimento o aproximou das questões da economia política.

(manuscritos de 1879-1880, publicado postumamente em 1962) e “*A ideologia alemã*” (escrito em 1846, publicado postumamente em 1932), em coautoria com Engels.

Tomando como referência estas obras e o diálogo crítico de Marx com a economia política, as questões que orientam este artigo são: A partir da análise da crítica da economia política nas obras supracitadas, pode-se falar em uma história do pensamento econômico a partir de Marx ou esta questão está fora do entendimento da crítica da economia política? Há diálogo entre crítica da economia política e história do pensamento econômico? Se há uma história do pensamento econômico em Marx, qual seria seu método? O objetivo deste artigo é responder a estas questões, ou seja, analisar se é possível apreender a partir do método da crítica da economia política um método para a história do pensamento econômico.

Para tanto, parte-se de uma sistematização do método em Marx, do materialismo histórico e da dialética, e dos elementos da crítica da economia política. Posteriormente, são apresentados apontamentos sobre a relação da história do pensamento econômico e as obras de Marx. Por fim, são apresentadas algumas questões sobre a relação entre história do pensamento econômico e crítica da economia política, de uma maneira a considerar a história do pensamento econômico a partir de Marx.

2 – Elementos do Método em Marx – dialética e materialismo histórico

No famoso *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* ([1859]2007), Marx afirma haver chegado à conclusão de “que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política.” (p. 45). Para Marx, o que podemos chamar de elementos da superestrutura – as relações jurídicas, as relações políticas e as formas da consciência social – encontram suas raízes nos elementos e “condições materiais da existência humana” – isto é, na estrutura econômica da sociedade. Marx caracteriza a estrutura econômica da seguinte maneira:

“na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.” (MARX, [1859] 2007, p. 45)

O ponto de partida da análise de Marx é a produção material e a forma social como se constrói a produção social, “a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política” (MARX, [1859]2007, p. 47) – por esta razão, tem como o ponto de partida de sua análise a crítica da economia política, como será apresentado mais a diante.

Como destaca João Antonio de Paula (2014), Marx explicita como as relações econômicas (elementos da chamada estrutura) impactam toda a existência social:

“o essencial da descoberta de Marx é que o conjunto da vida social, suas formas de representação, sua sociabilidade, sua reprodução, enfim, são materialmente determinadas, isto é, as formas dominantes na vida econômica, as relações sociais de produção, os interesses materiais que as presidem, determinam, também, as outras formas de pensar e representar o mundo.” (p. 17)

Para Marx, “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” ([1859]2007, p. 45). Neste famoso trecho, Marx apresenta elementos fundamentais de sua perspectiva materialista: revela que os elementos materiais condicionam a existência humana em seus múltiplos aspectos e afirma também que a compreensão da realidade é condicionada pelos elementos concretos desta realidade, e não fruto somente da abstração humana. Neste sentido, a formulação de pensamento realizada pelos seres humanos, inclusive a produção científica não deve ser compreendida sem que haja neste processo de análise a compreensão da materialidade que envolve a formulação. Existe ainda um outro elemento relevante para a compreensão do entendimento de Marx sobre a construção do pensamento a partir do materialismo histórico, a compreensão da formulação do pensamento a partir da dialética, como será abordado mais à frente.

Um elemento polêmico na tradição marxista, mas de papel fundamental para a compreensão do método da crítica da economia política, é a questão da relação entre estrutura e superestrutura. Quando Marx constrói esta relação o faz de maneira dialética (cf. CURTY & MALTA, 2018). O modo da produção material da vida se apresenta como o problema (objeto) a ser compreendido. A partir da análise do modo de produção material da vida encontram-se as dimensões das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas compondo a dimensão estrutural do modo de produção. Os modos de produção material são objetos dinâmicos, não são uniformes ou estáticos. De acordo com o entendimento do sentido do movimento histórico que Marx apresenta, há movimentos e contradições nas relações de produção e nas suas relações sociais que interagem de maneira dinâmica e, por vezes, contraditoriamente com as forças produtivas. Quando Marx se refere à estrutura econômica, se refere a um processo e não a um estado (cf. WILLIAMS, [1973] 2005).

A análise sobre o objeto “modo de produção material da vida” revela que este específico modo de produção material da vida se abre em suas dimensões políticas, jurídicas e ideológicas, formando seus aspectos superestruturais. Logo, este objeto deve ser compreendido enquanto totalidade – estrutura-superestrutura. A respeito desta totalidade, Meszáros (2011) destaca:

“Deve-se também notar que Marx está falando sobre a ‘ação recíproca entre esses diferentes aspectos’, e não sobre uma conexão de um para um entre uma dada base social e as ideias correspondentes – muito menos sobre alguma forma de determinação mecânica das ideias em geral pela base material enquanto tal. Em uma totalidade coerentemente estruturada – o modo como Marx retrata o complexo social, com todos os seus intrincados constituintes e múltiplas dimensões – isso não poderia ser diferente. Pois cada um dos constituintes tem uma variedade de aspectos significativamente diferentes, por meio dos quais se torna possível uma gama virtualmente inesgotável de combinações: a. *dentro* de cada nível (isto é, entre ideias e ideias ou entre diferentes fatores materiais, por exemplo), em uma determinada época da história; b. *entre* um nível e outro (isto é, entre um fator material e um complexo superestrutural), mais uma vez considerada simplesmente em um dado ponto no tempo; c. por meio da *interação* de uma multiplicidade de fatores bastante diferentes, graças às ligações e *mediações* apropriadas que possibilitam até mesmo a reversão mais ou menos temporária das hierarquias estruturais fundamentais em momentos específicos da história, em contradistinção com o modelo de uma determinação simples, afirmando diretamente o poder da base material” [...] e. por meio da dialética das dimensões *estruturais e históricas*.” (MESZÁROS, 2011, p. 36-37)

Deve-se compreender que os elementos da estrutura e da superestrutura são determinações contraditórias, assim como outras relações contraditórias³ como forças produtivas e relações sociais de produção, a luta de classes, entre outras, que compõem, em conjunto, o ser social. Como afirma Guimarães (1999, p. 135-136), a determinação do ser é relacionada ao caráter complexo do ser e a “contradição, a interação dos opostos é a forma de relação dos elementos de um complexo [...] e dos complexos entre si” (GUIMARÃES, 1999, p. 136). O processo de reprodução e transformação do ser social é a partir das tensões entre estes elementos contraditórios que geram continuamente novos complexos, estes também com suas contradições. A compreensão do objeto em sua totalidade engloba compreendê-lo em sua complexidade e contraditoriedade e na processualidade de suas transformações.

Neste sentido, seguindo a síntese de Malta & Castelo (2012, p. 90) sobre o movimento da dialética, o método de Marx enfatiza o movimento próprio do objeto sob análise, não sendo possível a compreensão deste objeto sem a compreensão de seu movimento. Neste método (cf. MARX, [1857] 2008), a configuração do pensamento se inicia com o método de investigação⁴, isto é, a partir do movimento de apreensão da experiência imediata – o chamado todo caótico – que é referência para a construção de abstrações e conceitos, de caráter mais geral, que leva ao desenvolvimento destas

³ Para uma análise aprofundada sobre as interações e inter-relações entre estrutura e superestrutura ver LUKÁCS ([1976] 2012; [1976] 2013)

⁴ Por método de investigação, Marx entende o processo de apreensão do conceito, revelação (desvelamento) de seu funcionamento, estrutura e dinâmica do real, ou seja, compreensão do objeto a ser analisado em sua essência e sua aparência, como um todo. O processo de investigação, para Marx carece da apropriação da matéria analisada em seus pormenores e em suas diferentes formas.

abstrações em cada vez mais determinações⁵, a articulação e delimitação das determinações constitui o processo de exposição (GUIMARÃES, 1999, p. 139). Para Marx, a exposição é “a totalização do conceito apreendido e reproduzido pelo pensamento que abre caminho para uma segunda operação fundamental – a apropriação crítica do conjunto do pensamento sobre o objeto em questão, a economia política” (PAULA & CERQUEIRA, 2014, p. 15-16).

Esta síntese de articulação e delimitação das determinações constitui o concreto pensado. O pensamento exprime o concreto em uma síntese mediada pelo processo de investigação da realidade, é a partir da investigação do objeto em análise que surgem as abstrações. Para Marx ([1857] 2008, p. 257) o concreto se manifesta no pensamento como resultado dos processos de análise e síntese, o concreto⁶ “é concreto porque síntese de muitas determinações, unidade do diverso” – é resultado, mas também é ponto de partida de fato do pensamento. O pensamento não é puramente abstrato, mas também concreto, “as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento” (MARX, [1857-58] 2011, p. 54). De acordo com Guimarães (1999, p. 139), “A abstração, portanto, não é uma criação da mente do investigador que lhe permita manipular o objeto, mas sim um fato tão real quanto os da imediaticidade fenomênica.”

Marx utiliza a dialética por imposição do objeto, não por uma mera escolha metodológica. É a complexidade do modo de produção capitalista com suas contradições e múltiplas determinações que torna a dialética uma lógica frutífera e necessária. “Nesse sentido, a dialética não é um método, que se pode eleger um prejuízo de outro, não é uma “escolha metodológica” do autor. É uma obrigação ontológica.” (GUIMARÃES & CARCANHOLO, 2014, p. 14)

A dialética apresentada por Marx leva à compreensão de que a determinação a que Marx se refere é um condicionamento da vida social, política e intelectual a partir das relações sociais de produção e do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, retoma-se aqui o argumento sinalizado anteriormente da necessidade de compreensão do objeto a partir de sua totalidade. Para Lukács, a categoria totalidade significa “de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas” (LUKÁCS *apud* CARVALHO, p. 179, 2007).

⁵ “à passagem do simples ao complexo, da totalidade simples à totalidade complexa, do abstrato ao concreto, movimento que ‘não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado’ (Marx, 1974, p. 123)” (PAULA & CERQUEIRA, 2014, p. 15).

⁶ “Este racional, portanto, embora seja algo pensado – também abstrato – é, ao mesmo tempo algo concreto, porque não é unidade simples, formal, mas unidade de determinações diferentes” (HEGEL *apud* PAULA, 2014, p. 63 – grifos originais da citação).

Neste sentido, os aspectos específicos da realidade, como aspectos econômicos, políticos, sociais, etc, e os respectivos campos específicos nos quais a teoria se subdivide – a subdivisão das disciplinas científicas a partir do positivismo – como economia, ciência política, sociologia, etc – são recortes, formas de expressão, da totalidade do objeto sociedade capitalista e devem ser analisados levando-se em conta que são dimensões indissociáveis, “por mais que possam ser analisados abstraindo outras determinações, não podem ser reduzidos em si mesmos, pois são dimensões inseparáveis do ser social que, em sua totalidade, apresenta legalidades imperceptíveis se não a partir da própria totalidade” (GUIMARÃES & CARCANHOLO, 2014, p. 11). Compreender o objeto a ser analisado implica apreendê-lo como totalidade, em sua generalidade e em suas inúmeras singularidades. João Antonio de Paula apresenta uma boa metáfora para ilustrar como Marx a partir da dialética entende esta complexa relação entre a totalidade e as singularidades, ainda que seja uma longa citação, é uma leitura válida para o argumento aqui apresentado:

“Visto de muito longe, ou no interior mesmo de sua massa monumental, o mar apresenta-se homogêneo, incomensurável quantidade do mesmo, corpo inteiro, indiscernível, só a imensidão que parece inerte e inesgotável em sua eterna identidade consigo mesma. De mais perto é possível um vislumbre da diferença. Sombras, cores, contornos, recortes apresentam-se no que antes parecia ser só a massa inconsútil. Depois, já próximo do mar é que se o vê em sua singularidade – as ondas encapeladas ou calmas, o ritmo das marés, suas ilhas e correntes, a imensa massa líquida azul-esverdeada espumante e única em cada uma de suas infinitas modulações. E, no entanto, é o mesmo mar – o incessante movimento, a forma permanentemente alterada pelos ventos, pela interferência humana – todo o mar, todas as suas manifestações possíveis já estavam lá quando se o viu como massa homogênea e inerte. É o mesmo mar, totalidade absoluta, que se viu depois como particularidade, como cores e contornos, é ainda este mesmo mar que se vai ser na singularidade de sus vários fenômenos aparentes. Apreender o mar, significa considerar todas as suas formas de presentificação, porque de todas elas ele é. O mar é também as formas de sua apreensão pelo conceito, e este processo de apreensão tem que sujeitar-se a um roteiro exigente, que se quer não arbitrário. É por isto que este caminho – o da exposição – só pode ter como ponto de partida a totalidade – o mar – que sendo tudo, que sendo uma infinidade de fenômenos, só pode ser apreendido, de fato, quando considerado em sua expressão genérica, em seu estado mais simples. Daí a sua aparição como massa inerte e indiscernível – mar em seu eterno repouso como idêntico a si mesmo. Mas, se o mar é tudo, é totalidade, ele é também suas manifestações particulares – o mais frio dos extremos norte e sul, as cores cambiantes, as salinidades distintas. Mas isto ainda não é tudo o que o mar é – e então apresenta-se o mar em suas singularidades, estas que da praia, observando-o do alto da montanha, navegando-o, mergulhado nele somos capazes de vivenciar: vários mares, o mesmo mar em várias situações, as alterações que o tempo, os elementos e a sociedade produzem em seu corpo rigorosamente mutável.” (PAULA, 2014, p. 155)

Dando sequência à compreensão do método de Marx, levando em consideração o que foi abordado anteriormente sobre a compreensão de Marx sobre a concretude do pensamento e tendo em vista que o objeto central deste artigo é a interação entre método de Marx e história do pensamento

econômico, cabe analisarmos o processo de produção das ideias. Marx & Engels apresentam na obra *A ideologia alemã* ([1846] 2007) que a relação entre a produção das ideias e seu movimento está diretamente relacionada à atividade material e às relações sociais de produção. Nesta percepção, é a realidade material concreta que condiciona o pensamento – o ser social determinando a consciência –, ainda que o pensamento após externado possa também vir a aparecer como condicionante da realidade. De acordo com Curty & Malta (2018), é possível afirmar que para Marx o pensamento é, portanto, resultado da realidade e não o ponto de partida para a mesma⁷. Esta noção é central para o materialismo histórico e para usarmos o materialismo histórico na compreensão da história do pensamento econômico, como será debatido na seção 4 deste artigo.

Marx afirma que “Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc., são apenas formas particulares da produção e caem sob a sua lei geral.” (MARX, [1844] 2004, p.106). No entendimento de Marx, o pensamento, a formulação teórica possui materialidade e tem formas particulares de produção, mas que devem ser compreendidas no âmbito da compreensão da totalidade do modo de produção, o processo de produção do conhecimento deve ser analisado a partir das leis gerais do modo de produção capitalista. A produção de conhecimento se dá a partir das condições históricas do período no qual é realizada, a partir das relações sociais nas quais seus autores (produtores) estão inseridos. “Isto significa que toda produção científica é histórica e socialmente condicionada, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado pela sociedade.” (BORJA, 2013, p. 19). A produção do conhecimento parte da análise da realidade e se desdobra a partir das possibilidades dadas a partir da realidade material e objetiva.

O caminho da ciência, no entendimento de Marx (cf. MARX [1859] 2007), consiste em romper com a análise somente a partir dos elementos imediatamente apreensíveis pelos sentidos humanos – a aparência – e buscar analisar os elementos que constituem o objeto também em sua essência, que não se manifesta imediatamente⁸. Desta compreensão da formulação do pensamento e da ciência – entendimento do movimento dialético na apreensão da realidade e sua síntese no pensamento com a noção de concreto pensado e a dissociação do processo (e do método) de investigação do de exposição – Marx apresenta fortes críticas ao método da economia política clássica (cf. MARX [1957] 2009; [1873] 2006)

⁷ Ver *Introdução* de Florestan Fernandes (1946) à publicação brasileira de 1946 do livro *Contribuição à crítica da economia política* de Karl Marx ([1857] 2008).

⁸ “Trata-se, neste sentido, da radical exigência do caminho da ciência – para apreender é necessário começar por superar as formas de sua imediatez, isto é, a sua aparência. Não porque esta seja um erro, a obnubilação. É que a aparência, em sua plétórica existência, na multiplicidade de suas manifestações é inapreensível porque “mau infinito” – coleção arbitrária e lacunar de fenômenos desarticulados. Assim, superar a aparência não significa descartá-la, que ela é parte do real, é sua manifestação possível. Superar a aparência, capturar a essência do real, é, tanto em Aristóteles quanto em Hegel, abstrair, subtrair certos atributos de sua inumerável manifestação imediata, que sendo contingentes, que sendo secundários, devem ser abstraídos para que resplandeça o núcleo essencial do significado, sua dimensão sintética, a qual deve ser apreendida e expressa em sua totalidade pelo conceito.” (PAULA, 2014, p. 156)

A questão da distinção entre aparência e essência é muito importante dentro do debate acerca da história do pensamento econômico, conforme será retomado na seção 4 deste artigo. Para muitos autores, como José Paulo Netto (2011), Leda Paulani (1999) e Aloisio Teixeira (2000)⁹ na concepção de Marx, um dos principais erros da economia política clássica britânica foi não diferenciar o que seria de fato a essência e a aparência de seus objetos de análise, ainda que tenham percebido o caráter fundante de algumas categorias autênticas da realidade do ser social, instituindo algumas relações em sentido certo, mas com fortes limitações nestas percepções (cf. LUKÁCS, [1976], 2012, p. 302-339).

Compreender os elementos da essência e da aparência dos fenômenos e saber distinguir uns dos outros bem como compreender quais elementos tem prioridade ontológica sobre os demais permite melhor compreender os próprios fenômenos. Na perspectiva do método de Marx, isto significa compreender o objeto analisado como um todo, com todas suas contradições, movimentos e processualidades. E esta seria a maneira de melhor analisar a realidade e seus fenômenos e, portanto, realizar análises teóricas.

3 – Aproximações da questão da História do Pensamento Econômico nas obras de Marx

Conforme destacam Malta e Castelo (2012, p. 85), a partir do contato de Marx com a obra de Friedrich Engels intitulada “*Esboço de uma Crítica da Economia Política*” (publicado no primeiro e único número dos “*Anais Franco-Alemães*”, de fevereiro de 1844) as reflexões de Marx acerca do objeto da economia política se intensificaram e seguiram sendo um dos principais elementos constitutivos de sua análise e crítica. O processo de estudo crítico da economia política inglesa realizado por Karl Marx consistia no extenso e intenso estudo dos seus textos e, no processo deste estudo, foram escritos diversos manuscritos com comentários, resenhas e anotações com as impressões de Marx acerca da obra dos economistas políticos. Estes manuscritos serviram de base para a redação das mais variadas obras de Marx – tanto obras publicadas em vida, como também publicadas postumamente – no campo da crítica na economia política: “*Manuscritos econômico-filosóficos*” (1844) – que só terá sua primeira edição em 1932; “*A ideologia alemã*” (1846) – esta obra escrita conjuntamente com Friedrich Engels, só terá sua primeira edição em 1932 –; “*Miséria da filosofia*” (1847); “*Introdução à contribuição à crítica da economia política*” (1857) – publicada pela primeira vez em 1939 –; “*Grundrisse*” (manuscritos de 1857-1859) – publicada pela primeira

⁹ “Marx não se cansa de repetir que ‘toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas’ (Marx, 1894, p. 939). E, mais uma vez: ‘todas as ciências, exceto a economia política, reconhecem que as coisas apresentam uma aparência oposta à sua essência’ (Marx, 1867, p. 620). Ou: ‘o economista burguês cujo cérebro limitado não sabe distinguir entre a forma aparente e o que nela se oculta’ (id., p.662).” (TEIXEIRA, 2000, p. 100)

vez em 1939 –; “*Contribuição à crítica da economia política*” (1859); “*O Capital: crítica da economia política*” (livro 1 – 1867; livro 2 – 1885; livro 3 – 1894, sendo os livros 2 e 3 publicados postumamente); “*Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*” (manuscritos de 1861-1863) – publicada pela primeira vez entre 1905-1910, como veremos adiante –; “*Glosas marginais ao Tratado de economia política de Adolph Wagner*” (manuscritos de 1879-1880,) – publicada postumamente em 1962.

Neste sentido, um estudo acerca da aproximação da obra de Marx com a história do pensamento econômico realizada por Karl Marx passa pelo estudo destas obras em que Marx constrói sua crítica da economia política. Considera-se possível extrair da análise de Marx acerca das obras dos economistas de sua época e anteriores que se encontra nestas obras alguns elementos que nos permitem refletir sobre a história do pensamento econômico.

A crítica da economia política em Marx é, portanto, nosso ponto de partida para refletir sobre história do pensamento econômico na obra de Marx. Segundo a afirmação de José Paulo Netto, a elaboração teórica é entendida por Marx como um processo crítico, “como atividade da razão que traz à consciência à raiz, o fundamento da dinâmica social; teoria (crítica) é conhecimento verdadeiro e rigoroso, verificável mediante a prática sócio-histórica, do movimento da história” (NETTO, 2014, p.9)

A crítica em Marx assume um caráter específico. A partir da influência de Hegel, Marx entende a crítica como uma “explicitação necessária de suas (do objeto) figuras constitutivas”¹⁰ (PAULA, 2014, p. 45) e da influência de Vico, João Antonio de Paula (2014) destaca que a crítica em Marx deriva da práxis, da nossa intervenção sobre o mundo, intervenção esta entendida como crítica. Sobre a influência hegeliana da crítica em Marx, o autor destaca:

“1) o mundo não se revela imediata e transparentemente, isto é, a essência não se revela de imediato, porque nessa primeira presentificação o ser, que estava recolhido em sua condição de pura potencialidade, sai de si mesmo, aliena-se, desconhecendo, nesse primeiro momento, que a natureza e história, são o próprio ser em sua caminhada para a autoconsciência e plena realização, que se dará quando o ser se reconciliar consigo mesmo, como síntese, a superação de tudo o que no ser não convoca o que de melhor pode existir plenamente; 2) a intervenção capaz de desvelar a aparência do mundo, de superar a alienação, é a *práxis*, a intervenção crítico-prática, que se realiza pela *explicitação* das contradições constitutivas da realidade, tomada como totalidade.” (PAULA, 2014, p. 44)

Precisamos compreender o que Marx entende como supressão – do substantivo alemão *aufhebung*. Este termo aparece no original alemão como o verbo *aufheben*, que pode ter tradução

¹⁰ Em sintonia com a noção já apresentada neste artigo do ponto de partida da ciência e do conhecimento científico a totalidade.

direta como suprassumir, abolir ou superar, “que remete às noções de *levantar, sustentar, erguer, anular, abolir, destruir, revogar, cancelar, suspender, conservar, poupar, preservar*” (WOOD *apud* PAULA, 2014, p. 302). O conceito suprassunção pode ser entendido como “uma operação que ‘agarrando’ o conceito [...] retira-o de seus gonzos, expurgando dele o que nele deve ser *revogado*, ao mesmo que se lhe *conservam* seus melhores atributos, do que resultará, de fato, sua *elevação*, seu *soerguimento* enriquecido pela reflexividade” (PAULA, 2014, p. 54, *grifos originais do autor*). Em outras palavras, como colocado por Ranieri, tradutor de versão brasileira dos *Manuscritos econômicos-filosóficos* ([1844] 2004), a melhor forma de verter os termos *aufheben* e *aufhebung* é como suprassumir e suprassunção, respectivamente, “posto que o que se deve reter é a dinâmica do movimento dialético que carrega consigo, no momento qualitativamente novo, elementos da etapa que está sendo superada ou suprimida, ou seja, a um só tempo, a eliminação, a conservação e a sustentação qualitativa do ser que supra-sume” (RANIERI, 2004, p. 16, *sic.*)

Desta maneira, Marx, seguindo o caminho aberto por Hegel, trata a crítica não como o que normalmente entende-se por crítica, isto é, como comentário a um objeto apreendido de maneira externa e superficial, mas sim aborda a crítica como “uma operação de apropriação, de suprassunção – na seção 3 deste artigo será desenvolvida a questão da suprassunção –, em que se preservam do objeto seus conteúdos emancipatórios, ao mesmo tempo que se descarta o que, no objeto, está perfeitamente morto” (PAULA & CERQUEIRA, 2014, p. 15). A crítica aqui é a chamada crítica dialética.

Como tangenciamos na seção 2, crítica da economia política em Marx envolve tanto a crítica dos procedimentos dos economistas políticos ao abordar as questões e os temas econômicos, quanto ao método da economia política (cf. *Introdução à contribuição à crítica da economia política*, 1857). A crítica de Marx perpassa a crítica às formas de existência e às formas de consciência da sociedade capitalista – dentre as formas de consciência do capitalismo temos o pensamento da economia política e sua ideologia.

Trabalhando mais especificamente as obras em que Marx explicita sua crítica da economia política, podemos destacar como obras frutíferas para pensarmos elementos para a história do pensamento econômico os *Grundrisse* (manuscritos de 1857-1858) e *Teorias da mais-valia* (manuscritos de 1861-1863).

Como apresentado na introdução deste artigo, Marx inicia sua aproximação ao pensamento da economia política clássica em 1844, mas só vai retomar de fato os estudos mais aprofundados da economia política em 1850, em ocasião de sua colaboração sistemática – junto com Engels – para jornais dos Estados Unidos, como *New York Daily Tribune* e *Die Revolution* – publicação em alemão

editada em Nova York. Ao construir análises sobre os acontecimentos econômicos e políticos da época, somada à sua atuação como militante e dirigente político e os movimentos necessários de análise de conjuntura nestas posições, Marx se dedica a compreender os diversos elementos da realidade concreta que buscava analisar, tendo na economia política e suas questões pontos de partida chave para suas análises. Marx retoma os estudos e as sistematizações da crítica da economia política iniciada nos anos 1840 (cf. PAULA, 2014). Neste movimento temos a construção dos manuscritos econômicos *Grundrisse* (1857-1859) – *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (*Fundamentos da crítica da economia política*) que terá sua primeira edição nos marcos da MEGA¹¹ na União Soviética em 1939.

Como destaca Rosdolsky ([1968] 2011), a crítica da economia política em Marx antes dos *Grundrisse* tem dois importantes momentos, em 1844-1846, momento de sua aproximação inicial ao pensamento da economia política clássica e 1847-1848, período marcado pelas publicações de *Miséria da filosofia* (1847); *Trabalho assalariado e capital* (1849) e *Manifesto do partido comunista* (1848) – este em publicação conjunta com Engels. Mas será somente a partir de 1851 que Marx passa a se considerar apto a redigir de fato sua crítica da economia política, e os manuscritos que são conhecidos como *Grundrisse* serão um marco neste movimento.

Considera-se que nos *Grundrisse* estão postos os principais elementos da crítica da economia política – que se consolidarão em *O Capital*. “Os *Grundrisse* constituem a primeira exposição de conjunto da “crítica da economia política”, a primeira em que Marx demonstrou ter se apropriado, dialeticamente, de todo material produzido pela economia política clássica superando-a” (PAULA, 2014, p. 83). O que torna este momento de sua obra um marco seria a materialização dos conceitos de capital e mais-valia na formulação própria de Marx (cf. PAULA, 2014; MANDEL, 1968).

Como Marx constitui sua crítica da economia política a partir das questões colocadas pela economia política – em um movimento de crítica dialética, como afirmado anteriormente –, através de uma profunda análise crítica de suas formulações, considera-se que podemos extrair elementos para refletir sobre a história do pensamento econômico a partir desta análise crítica do pensamento da economia política, obras em que Marx apresenta sua crítica da economia política, como *Contribuição à crítica da economia política*, *O Capital* *Grundrisse* se torna uma obra importante para pensarmos a questão da história do pensamento econômico a partir de Marx – como também as outras obras sobre.

¹¹ MEGA (Marx Engels Gesamtausgabe) – Edição completa de Marx-Engels, uma coletânea das obras e dos escritos de Marx e Engels e um projeto de filologia iniciado nos anos 1920 (interrompido nos anos 1930) na União Soviética. Publicado inicialmente em Moscou em 1939-1941 e em Berlim em 1953. Uma segunda leva de publicações foi feita em 1975. O projeto foi retomado nos anos 1990 e segue atualmente (2019).

Dentre as obras em que Marx apresenta sua crítica da economia política, “*Teorias da mais-valia*” talvez seja uma das menos estudadas e difundidas. O pouco conhecimento e esparsa difusão desta obra possui diversas possíveis razões, muitas delas ligadas à maneira como esta obra chega à publicação – conforme será revelado ao longo deste artigo. A título de síntese cabe destacar que esta obra é a compilação dos principais manuscritos de Marx acerca dos estudos dos economistas políticos e que sua intenção original era publicá-la como parte do amplo projeto dos diversos volumes de “*O Capital*” – mais especificamente, seria o seu quarto livro – “contribuição à História da Teoria”. Marx concebe *Teorias da mais-valia* como uma “história crítica do pensamento econômico”.

Acerca da natureza da obra *Teorias da mais-valia*, Reginaldo Sant’anna – tradutor da edição brasileira – afirma:

“*Teorias da mais-valia*” da forma como fora publicada, é em essência uma obra fragmentária, resultado dos esboços de estudo de Marx, não uma obra já terminada, preparada para publicação. É, na verdade, resultado de um “imenso manuscrito econômico elaborado por Marx, de 1861 a 1863, e composto dos cadernos I a XXIII, com páginas seguidamente numeradas de 1 a 1472”

“a parte maior e mais elaborada do manuscrito, e compreende os cadernos VI a XV e XVIII, além de mais de umas quarenta páginas espalhadas pelos cadernos XX, XXI, XXII e XXIII” (Sant’anna, 1980, *Nota do tradutor*, In: Marx, Karl. *Teorias da mais-valia*, 1980 [1905]: 10).” (*ibid. id.*: 10).

O fato desta obra consistir em uma reunião de manuscritos não quer dizer que Marx não tinha intenção de publicá-la, muito pelo contrário. Esta parte de seus estudos – a mais extensa dos manuscritos – seria o quarto livro de “*O Capital*” – o último a ser publicado. No entanto, Marx faleceu antes que seu projeto editorial pudesse ser concluído. Marx só vivenciou a publicação do primeiro livro de sua obra – o livro 1 de *O Capital* foi publicado em 1867, Marx falece em 1883. Os livros 2 (publicado em 1885) e 3 (publicado em 1894) foram organizados e publicados por Friedrich Engels, de maneira a seguir fielmente as intenções originais de Marx. Enquanto a publicação de “*Teorias da mais-valia*” foi realizada por Karl Kautsky entre os anos de 1905 e 1910. Conforme destaca Reginaldo Sant’anna (1980), esta publicação é cercada de polêmicas.

“Com o tempo evidenciaram-se certas falhas na reprodução do manuscrito, como, por exemplo: mudanças na arrumação dos assuntos, indicada por Marx; erros de interpretação, em virtude das dificuldades de decifrar a letra de Marx; supressões injustificáveis de passagens do manuscrito; erros de tradução para o alemão, de passagens em outras línguas; alteração da terminologia empregada por Marx. Kautsky não levou em conta o índice que Marx escrevera nas capas dos cadernos e que permite entender melhor a disposição das diversas partes da obra; assim, afastou-se da orientação marxiana de ordenar as idéias segundo o estágio que ocupam no desenvolvimento do processo histórico,

ordenação que não coincide necessariamente com a cronologia dos Autores e obras considerados.” (*ibid.*, *id.*: 11)

Dados estes problemas, pesquisadores da então União Soviética se debruçaram sobre os manuscritos durante a década de 1950, com o intuito de republicar a obra de acordo com as intenções originais de Marx. O resultado desta empreitada foi publicado entre os anos 1954 e 1961 em russo e entre 1956 e 1962 em alemão. A versão que serviu de base para a tradução brasileira foi uma versão alemã posterior – de 1974 – que, segundo Sant’anna “se beneficiou de melhoramentos feitos depois de um confronto do texto editado em 1956 a 1962 com os originais de Marx” (*ibid.*, *id.*: 12). Estas polêmicas que permeiam a publicação da obra talvez sejam alguns dos aspectos que expliquem a sua pouca difusão.¹²

Independentemente da polêmica acerca de sua publicação, considera-se que “*Teorias da mais-valia*” seja a obra em que Marx realiza, de fato, um trabalho em história do pensamento econômico e que, portanto, para uma análise neste campo, faz sentido resgatá-la e analisá-la com cuidado.

Reginaldo Sant’anna diz que Marx “Considerava *Teorias da mais-valia* a parte histórico-crítica de *O Capital*.” (*ibid.*, *id.*: 9). Considera-se, portanto, que é nesta obra que se pode encontrar espaço para a observação do método utilizado – e desenvolvido – por Marx para seus estudos neste campo, um método crítico no âmbito da história do pensamento econômico.

A partir dos estudos¹³ dos autores contemporâneos e predecessores, Marx expôs os principais elementos de sua análise do capitalismo, de forma a explicitar a incorporação destes estudos em sua formulação teórica e expondo também elementos para pensarmos a história do pensamento econômico.

Mas a crítica da economia política em Marx não pode ser simplificada em um método para a história do pensamento econômico. Marx não busca simplesmente “completar, retificar, glosar a economia política, mesmo reconhecendo seus avanços teóricos e metodológicos” (PAULA, 2014, p. 64), mas sim revelar e desvelar os elementos característicos do modo de produção capitalista. Neste movimento, Marx traz elementos que nos permitem melhor compreender as questões postas pela economia política e apresenta importantes reflexões críticas sobre o pensamento da economia política.

4 – Elementos para uma HPE a partir da crítica da economia política

¹² Para maiores comentários acerca dos motivos para o pouco conhecimento e difusão da obra “*Teorias da mais-valia*”, ver MALTA e CASTELO (2012).

¹³ Estes estudos foram a base para o desenvolvimento e formulação de todos os volumes da sua obra “*O Capital*”. Nas palavras de Sant’anna: “ao analisar e criticar as teorias de seus predecessores e contemporâneos, Marx formula suas próprias teorias, em contraposição” (*ibid.*, *id.*: 9).

Como tangenciado na seção anterior, é possível perceber ao longo da produção teórica de Marx e na construção de seu método de estudo, muitos dos principais elementos de sua análise que podem contribuir para a história do pensamento econômico. O processo de construção e formulação das ideias de Marx é um processo indissociável do seu estudo dos pensadores de sua época e seus predecessores.

Como tangenciado na seção 2, a crítica também envolve elementos da totalidade, uma crítica ao processo que atualmente chamamos de “economiscismo”. Seguindo os elementos sobre a noção de totalidade apresentada na seção 2, para Marx é importante compreender os fatos sociais em suas diferentes determinações e não somente pelos elementos da chamada economia. Como bem exposto por Lukács, no método de Marx

“o econômico e o extraeconômico convertem-se continuamente um no outro, estão numa irrevogável relação recíproca, da qual porém não deriva, como mostramos, nem um desenvolvimento histórico singular sem leis, nem uma dominação mecânica ‘por lei’ do econômico abstrato e puro, mas da qual deriva, ao contrário, aquela orgânica unidade do ser social, na qual cabe às leis rígidas da economia precisamente e apenas o papel de momento dominante. [...] Essa mútua compenetração do econômico e do não econômico no ser social incide a fundo na própria teoria das categorias.” (LUKÁCS, [1976], 2012, p. 310)

A partir do método de Marx, é possível compreender que o objeto do pensamento econômico não se limita às formulações estritas ao tradicionalmente considerado econômico e ter uma concepção sobre formulação da história do pensamento econômico que abarque tanto estes temas e objetos econômicos quanto os extraeconômicos em suas relações e conexões.

Outro elemento associado aos recortes que as formulações teóricas no campo da economia podem ter, a partir da crítica da economia política apresentada por Marx, destacado por Lukács são os problemas e limitações que as formulações econômicas que separam os enfoques teóricos abstratos dos fenômenos analisados pela economia dos os enfoques empíricos-historicistas. A dualidade dos termos de análise tradicionalmente utilizadas pela teoria econômica burguesa limita a compreensão do objeto em sua totalidade, mascara elementos fundamentais das determinações do fenômeno:

“Tão só uma ininterrupta e vigilante crítica ontológica de tudo o que é reconhecido como fato ou conexão, como processo ou lei, é que pode reconstituir no pensamento a verdadeira inteligibilidade dos fenômenos. A economia política burguesa sempre padeceu do dualismo produzido pela rígida separação desses dois procedimentos. Em um polo, surge uma história econômica puramente empírica, na qual desaparece a conexão verdadeiramente histórica do processo global; no outro polo – da teoria da utilidade marginal até as pesquisas manipulatórias singulares de hoje –, surge uma ciência que, de modo pseudoteórico, faz desaparecer as conexões autênticas e decisivas, mesmo que, em casos singulares, casualmente possam estar presentes relações reais ou seus vestígios.” (LUKÁCS, [1976] 2012, p. 306)

Os elementos do método de Marx e da crítica da economia política revelam importantes elementos para uma história do pensamento econômico formulada a partir do método de Marx: a compreensão de que o objeto do campo da economia pode ser muito mais amplo do que o tradicionalmente estudado pela área, abarcando autores e temáticas que se relacionam ao fenômeno econômico mas que estão separadas da economia por conta dos recortes positivistas das áreas do conhecimento; dar destaque para a importância da dimensão metodológica para o objeto da história do pensamento econômico e as possíveis questões que os métodos utilizados possam implicar para as formulações teóricas.

Dando sequência ao levantamento dos elementos gerais da crítica da economia política realizada por Marx que podem contribuir para uma formulação e sistematização em história do pensamento econômico, podemos destacar a importância que Marx dá ao processo histórico e sua influência para a formulação teórica. Para Marx é fundamental fazer referência à história do tempo de determinado autor, inserindo-o no movimento histórico em que viveu e produziu suas teorias. A história possui, para Marx em sua crítica da economia política, um duplo papel: por um lado, serve de limite para sua observação e também de base para sua visão teórica e visão de mundo, afinal, do ponto de vista materialista, alguém só pode responder a questões que lhe são colocadas pelo seu próprio tempo histórico, sua visão é, portanto, referida historicamente. Nas palavras do próprio Marx:

“Para observar a conexão entre a produção intelectual e a material, é mister antes de tudo apreender esta não como categoria geral, mas em forma *histórica definida*. Assim, por exemplo, ao modo de produção capitalista corresponde produção intelectual de espécie diferente daquela do modo de produção medieval. Se não se concebe a própria produção material da forma *histórica específica*, é impossível entender o que é característico na produção intelectual correspondente e a interação entre ambas. Fora disso, fica-se em lugares comuns. O que inclui a retumbante palavra ‘civilização’.

E mais: da forma específica da produção material resulta: 1) determinada estrutura da sociedade e 2) determinada relação dos homens com a natureza. As duas determinam o governo e a visão intelectual dos homens. Em consequência, também o gênero da produção intelectual.” (MARX, 1980 [1905]: volume I, p. 267, *itálicos originais do autor*)

Esta contextualização do período histórico do autor estudado, suas origens, o local onde escreve e os debates políticos, sociais e econômicos que permeiam suas teorias é um passo fundamental para uma análise em história do pensamento econômico a partir de Marx. Como afirmado por João Antonio de Paula (2014):

“caráter historicamente condicionado das relações entre conhecimento e sociedade. Isto é, que as maneiras como os autores, obras, ideias são concebidas e apropriados refletem, de alguma maneira, os contextos histórico-culturais em que essas realidades intelectuais circulam. Não se tome isto como uma defesa da existência de relações diretas e unívocas entre pensamento e interesses materiais, entre

conhecimento e sociedade, entre ideias e circunscrição de classe, porque existe autonomia relativa e especificidade do pensar e do pensado, e, sobretudo, porque o pensamento é sempre resultado de um conjunto complexo de *mediações*” (PAULA, 2014, p. 26)

Isto é, ainda que o objeto possua uma existência objetiva, verificável no processo de prática social e histórica, que independe da consciência do observador, o processo do conhecimento teórico não pode ser compreendido isoladamente da realidade do observador e tão pouco na existência real do observador – que é contextualizada historicamente. Sua análise estará eivada de suas experiências, visões de mundo, como também da práxis e da política, mesmo que não tenha clareza desta influência.

Neste ponto, cabe uma digressão acerca da diferenciação que Marx faz da economia política clássica da economia vulgar. Marx identifica a economia política clássica da seguinte maneira:

“no meu entender, economia política clássica é toda a economia que, desde W. Petty, investiga os nexos causais das condições burguesas de produção, ao contrário da economia vulgar, que trata apenas das relações aparentes, ruma, continuamente, o material fornecido, há muito tempo, pela economia científica, a fim de oferecer uma explicação plausível para os fenômenos mais salientes, que sirva ao uso diário da burguesia, limitando-se, de resto, a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas as idéias banais, presunçosas, dos capitalistas sobre seu próprio mundo, para eles o melhor dos mundos.” (MARX, 2006 [1867], livro 1, volume I, nota de rodapé número 32, p.103)

Para Marx, os economistas políticos clássicos desenvolveram formulações e interpretações acerca da nascente sociedade capitalista de forma cientificamente comprometida, levantando questões de grande relevância para compreensão daquela realidade, buscando os fenômenos que observavam e identificando neste processo “contradições nas relações sociais e no próprio pensamento por eles construído, enfrentando as dificuldades de se produzir ciência” (MALTA & CASTELO, 2012, p. 96).

O elemento que torna estes economistas políticos cientificamente comprometidos não são estritamente suas referências metodológicas ou suas formulações baseadas nos fenômenos concretos que analisavam e seus elementos essenciais, mas fundamentalmente, o fato de desenvolverem suas formulações em um período no qual a luta de classes nos marcos capitalistas não estava plenamente desenvolvida e a burguesia ainda não era a classe dominante. “a economia política burguesa, isto é, a que vê na ordem capitalista a configuração definitiva e última da produção social, só pode assumir caráter científico enquanto a luta de classes permaneça latente ou se revele apenas em manifestações esporádicas.” (MARX, [1873] 2006, p. 22-23).

Mesmo se tratando de autores que viveram e constituíram suas teorias em um período de transição, os economistas políticos clássicos eram autores que defendiam e representavam os

interesses de classe da burguesia¹⁴. Suas teorias estavam dentro dos limites do horizonte burguês. Os economistas políticos clássicos foram, na opinião de Marx, os que melhor compreenderam a essência do capitalismo dentre os demais autores contemporâneos à sua época ou anteriores. Perceberam os movimentos reais e concretos que caracterizam a sociedade capitalista, de forma a dar destaque a questões essenciais, como a produção, ainda que chegassem frequentemente a falsas antonomias. Dentre os problemas apontados por Marx nas teorias da economia política clássica que eram gerados por estes limites está a naturalização¹⁵ dos fenômenos do capitalismo.

Para Marx, o fim da economia burguesa se dá quando a luta de classes entre burguesia e classe trabalhadora se dá de maneira central nas relações sociais de produção na França e na Inglaterra, e não mais em segundo plano aos conflitos da burguesia em ascensão com a aristocracia, nos anos 1830, com a burguesia conquistando poder político nestes países. Neste período, de acordo com Marx, a economia política entra em crise teórica decisiva. “Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se para o capital ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo.” (MARX, [1873] 2006, p. 23). A burguesia não necessitava mais utilizar¹⁶ a economia política como arma crítica contra a ordem política, econômica e social feudal. A partir deste período, passa a dominar nos debates econômicos o que Marx vai identificar como a superficialidade e a apologética da economia vulgar.

Marx apresentou sua análise sobre a economia vulgar de forma fortemente crítica e não fez nenhum tipo de concessão, expondo o aspecto oportunista e não-científico com o qual os vulgares apresentavam suas ideias, tal como pode ser observado no seguinte trecho:

“Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins

¹⁴ “Sabe-se que Marx falou da escola de economia política clássica (termo que ele próprio criou) como de ‘escola burguesa’. Mas não pretendeu de modo algum pôr de parte as suas doutrinas, por serem completamente negativas e produto de ‘falsa consciência’: de facto, destacou elogiosamente o avanço que o seu pensamento representou e a visão científica de que deram provas quanto à natureza da sociedade econômica (embora dentro ‘dos limites para além dos quais ‘o seu pensamento’ não podia passar’). Mesmo quanto ao período posterior a 1830, do qual falou como de ‘economia vulgar’, teve o cuidado de discriminar, e de modo nenhum tratou todos os economistas como ‘campeões a soldo’ ou ‘massa reacionária homogênea’ (dizendo de John Stuart Mill e outros como ele, por exemplo, que ‘seria um grande erro classificá-los juntamente com o rebanho de apologistas econômicos vulgares’).” (DOBB, 1977 [1973], p. 43-44, sic.)

¹⁵ “Ao analisar os elementos concretos e aparentes da sociedade capitalista, os clássicos identificaram no capitalismo o momento de plena expressão da natureza humana, o ápice do desenvolvimento da sociedade. Isto é, para os clássicos, o capitalismo seria o estágio de maior avanço e desenvolvimento possível. Suas características seriam as características que explicariam a verdadeira natureza humana. Sua estrutura e seus processos seriam os elementos normatizadores da sociedade. Dessa forma, explicar a economia capitalista significaria explicar todo o processo histórico da humanidade, em especial, explicar a forma como a sociedade deveria se organizar e estruturar.” (CURTY, 2013, p. 16)

¹⁶ Ainda que na Inglaterra ainda tenham persistido utilizando a formulação ricardiana como elemento de arma crítica em defesa da lei dos cereais. Quando a lei dos cereais é revogada, a economia perde fatalmente seu poder crítico.

mercenários, a investigação científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.” (MARX, [1873] 2006, p. 11)

No entendimento de Marx, as formulações teóricas da economia vulgar se concentravam exclusivamente nos elementos da aparência dos fenômenos econômicos, focados em generalizações mecânicas, “visando à manipulação dos detalhes, afastam do conhecimento do processo global em lugar de apontar para ele” (LUKÁCS, [1976] 2012, p. 309). A economia vulgar representa a decadência ideológica da burguesia. Para Marx, o intuito das formulações teóricas da economia vulgar é defender e racionalizar os interesses da burguesia – “a espadacharia mercenária das ideias” – sem necessariamente se preocupar com o rigor teórico ou com uma profunda reflexão sobre os fenômenos da realidade.

A separação que Marx faz entre a economia política clássica e a economia vulgar a partir da compreensão da caracterização da luta de classes em determinado período histórico em seus diferentes momentos e a inserção e o posicionamento de classe dos autores analisados é frequentemente utilizada como referência para a análise da formulação dos economistas a partir da revolução marginalista e contemporâneos. Este elemento é também mais um dos elementos possíveis de serem incorporados em uma formulação em história do pensamento econômico a partir de Marx. Assim como a distinção que Marx faz entre economia política clássica e economia vulgar pode ser compreendida como uma reflexão e sistematização em história do pensamento realizada por Marx.

Por fim, um elemento significativo, talvez o central, para a compreensão de uma história do pensamento econômico a partir de Marx é a percepção da crítica como uma chave de leitura para a história do pensamento econômico. Conforme Malta e Castelo (2012, p. 98) concluem em seu artigo “*Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia*”:

“Nesse sentido, a proposta de leitura da história do pensamento econômico por Marx é parte essencial de sua construção crítica. Estudar a forma de apreensão da realidade capitalista expressa pelos cientistas sociais de sua época era o caminho de acesso à compreensão histórica dos problemas de sua época. Sem abrir mão de ser um homem do seu tempo, Marx introduz a contradição no pensamento dominante com que se confrontara e constrói uma síntese única que se expressa em sua forma de interpretação das relações sociais vigentes.”

De acordo com Curty & Malta (2018) Marx formula suas conclusões e interpretações acerca da economia e sociedade capitalista a partir de seu estudo da HPE desenvolvido até então, buscando ir além da simples compreensão da formulação das análises dos demais teóricos a partir, somente, de sua lógica interna, mas também buscou compreender o processo de formulação destas teorias, de

forma a identificar seus limites – fazendo, posteriormente, a crítica – e levando em consideração os ambientes sociais específicos nos quais foram formuladas, o contexto que levaram seus autores a desenvolvê-las, isto é, considerando a visão social de mundo¹⁷ originária dos autores para formulação de suas interpretações da sociedade capitalista e de seus fenômenos. Para Marx, o método de estudo do pensamento econômico, assim como de qualquer pensamento, consiste em considerar o pensamento como uma síntese (inseparável) da observação da realidade histórica e visão de mundo sob a qual esta observação se realiza.

Neste entendimento, entender a história do pensamento econômico a partir da crítica da economia política feita por Marx traz uma possibilidade de compreensão da história do pensamento econômico como um processo no qual a formulação da história do pensamento implica a formulação teórica e vice-versa. Como afirmado anteriormente, o processo da crítica em Marx é um processo de apropriação, de suprassunção do objeto em questão, no qual há preservação de alguns dos elementos do objeto e simultâneo descarte de outros elementos, construindo assim uma nova análise sobre o objeto, na qual há preservação e inovação. Ao analisar o que foi formulado em teoria (economia política), Marx o faz de maneira a partir desta análise incorporar criticamente alguns elementos da economia política, superando-os, apresentando sua crítica a estes e formulando sua visão teórica a respeito do objeto da economia política.

Como afirmam Curty & Malta (2018), a partir desta perspectiva crítica compreende-se que a construção da história do pensamento econômico seria, portanto, um processo de compreensão das formas de apreensão da realidade econômica estruturada em cada tempo histórico específico, substancialmente influenciada e determinada pelos valores sociais desta época específica. Desta forma, a presença dos elementos históricos, sociais, políticos e ideológicos não pode ser ignorada no processo de formulação teórica em economia.

A aproximação do método de Marx para a crítica da economia política com a história do pensamento econômico se dá a partir da compreensão das diversas formulações teóricas de acordo com seu tempo histórico, seus elementos ideológicos e seus valores, destacando a indissociabilidade entre teoria, contexto social e história.

5 – Considerações finais

¹⁷ O debate em torno da questão da ideologia, em especial dentro do campo marxista, é tão frutífero quanto é polêmico. Para não fugir do escopo deste artigo, será utilizado o termo “*visão social de mundo*” para abordar as questões referentes ao campo da ideologia. Como “*visão social de mundo*” segue-se a definição de Michael Löwy (1985, p. 13, *sic*) que a compreende como “*todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, de um ponto de vista social, de classes sociais determinadas*”.

O que se pretende com este artigo não é encerrar o debate em torno da relação entre método materialista histórico, crítica da economia política e história do pensamento econômico. Pelo contrário, o objetivo é abrir o debate em torno da relação entre Marx e história do pensamento econômico.

Marx não realiza exclusivamente uma história do pensamento econômico, este não é seu objetivo. Mas em sua análise da crítica da economia política, do diálogo crítico que realiza com a economia política clássica, a partir das questões, dos temas e da metodologia da economia política, Marx apresenta elementos que contribuem para refletirmos sobre história do pensamento econômico e para pensarmos uma construção de história do pensamento econômico a partir de Marx – uma história do pensamento econômico de inspiração marxista. O método da crítica da economia política traz elementos para pensarmos um método em história do pensamento econômico¹⁸ que seja crítico, que compreenda a análise do pensamento a partir da indissociabilidade entre teoria, história e ideologia, que explicita a historicidade e a processualidade do pensamento e da relação entre pensamento (formulação teórica) e a realidade concreta.

Uma reflexão sobre a aproximação entre história do pensamento econômico e crítica da economia política realizada por Marx que traz evidência para o processo produtivo e criativo da crítica também pode nos ajudar a compreender as relações entre história do pensamento econômico e o desenvolvimento da teoria econômica. Para as novas formulações surgirem, as formulações anteriores podem e devem servir de referência crítica. Por outro lado, o constante e incessante exercício da crítica retira da posição de intocável toda e qualquer formulação teórica.

A partir destas reflexões ainda persistem outros elementos a serem investigados e debatidos em outros espaços. Qual sistematização da história do pensamento econômico realizada a partir de Marx? Quais seriam as implicações de uma história do pensamento econômico a partir de Marx? Como analisar as contribuições no campo da história do pensamento econômico realizadas por autores marxistas – como Dobb (1973), Rubín (1929), entre outros – que reivindicam a perspectiva da crítica da economia política e do marxismo? O que há de relação entre estas análises em história do pensamento econômico e o método da crítica da economia política em Marx? Como a distinção entre economia vulgar e economia política clássica pode ser utilizada contemporaneamente de maneira não superficial?

6 – Referências bibliográficas

¹⁸ Cf. CURTY & MALTA (2018).

BORJA, Bruno. *A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado*. 2013. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, Edmilson. “A totalidade como categoria central na dialética marxista”. *In: Outubro*, nº15, 1º semestre 2007, p. 177-193.

CURTY, Carla. “A economia política clássica sob a ótica de Karl Marx: apontamentos sobre história do pensamento econômico”. *In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política*, SEP, Belo Horizonte, 2013.

CURTY, Carla; MALTA, Maria. “Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias”. *In: Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política*, SEP, Niterói, 2018.

DOBB, Maurice. *Teorias do valor e da distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Ed. Martins Fontes, [1973]1977.

GUIMARÃES, André Augusto. “Ontologia e crítica: o método em Marx”. *In: Revista Econômica*, Vol. 1, n. 2, Dez. 1999, p. 131-142.

GUIMARÃES, André Augusto; CARCANHOLO, Marcelo. “Ainda sobre a teoria da história em Marx”. *IN: Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 18, n. 33, p. 9-22, jul./dez. 2014.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 18ª edição. São Paulo, Cortez, 1985.

LUKÁCS, György. *Para uma antologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, [1976] 2012.

_____. *Para uma antologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, [1976] 2013.

MALTA, Maria; CASTELO, Rodrigo. Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia. *In: GANEM, Angela; FREITAS, Fábio; MALTA, Maria. (orgs.) Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2012, p. 85-100.

MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, [1844] 2004.

_____. *Miséria da filosofia: resposta à “Filosofia da miséria” do Sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, [1847] 2009.

_____. “Introdução à Contribuição à crítica da economia política” (1857). In: *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, [1859] 2008.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo, Editora Expressão Popular, [1859] 2008.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos 1857-1859*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: UFRJ, [1959] 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Vols. 1-6. 24ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, [1867-1894] 2006.

_____. MARX, Karl. “Posfácio da segunda edição de *O Capital*” [1873]. In: *O Capital: crítica da economia política*, livro 1, volume I, 2006, p. 83-91.

_____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Vols. 1-3. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, [1905-1910] 1980.

_____. “Glosas marginais ao *Tratado de economia política de Adolph Wagner*”. In: MARX, Karl. *Últimos escritos econômicos*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, [1879-1880] 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo Editorial, [1845-1846] 2007.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, [1848] 2001.

MESZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência II – a dialética da estrutura e da história*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. “Prefácio”. In: PAULA, João Antonio de. *Crítica e emancipação humana – ensaios marxistas*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014, p. 9-16.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011.

PAULA, João Antonio de. *Crítica e emancipação humana – ensaios marxistas*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

PAULA, João Antonio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. “Nações e estilos de economia política”. In: *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 3 (107), julho-setembro/2007, p. 357-374.

PAULA, João Antonio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. (2014) “Apresentação – Sobre Isaak Rubin e sua *História do pensamento econômico*”. In: RUBIN, Isaak Ilich. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, [1929] 2014, p. 11-24.

- PAULANI, Leda Maria. A atualidade da crítica da economia política. *In: Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000, p.111-121
- RANIERI, Jesus. “Apresentação”. *In: MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, [1844] 2004, p. 11-17.
- ROSDOLSKY, Roman. *Estrutura e gênese de “O capital” de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1968] 2011.
- RUBIN, Isaak I. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, [1929] 2014.
- TEIXEIRA, Aloísio. “Marx e a economia política: a crítica como conceito”. *In: Revista Econômica*, Vol. 2, n. 4, Dez. 2000, p. 85-109.
- WILLIAMS, Raymond. “Base e superestrutura na teoria cultural marxista” [1973]. *In: Revista USP*, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio 2005.